

**PEDRO DE ANGELIS E OS CONFLITOS IDEOLÓGICOS ACERCA
DA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO RIO DA PRATA**

Eduardo Scheidt
Professor da Universidade Severino Sombra
Doutor em História pela USP

Na presente comunicação, objetivamos analisar a atuação do italiano, naturalizado argentino, Pedro de Angelis como jornalista no Rio da Prata, durante o tumultuado processo de construção dos Estados e das nações no Rio da Prata, marcado por intensas guerras civis e lutas ideológicas. Ao longo deste trabalho, analisamos as concepções de nação do personagem, enfatizando os conflitos ideológicos com intelectuais e grupos políticos opositores a suas concepções políticas.

Em nosso estudo, dividimos a carreira do autor como jornalista em três fases. A primeira corresponde ao período em que De Angelis escreveu para periódicos durante os governos unitários de Rivadavia e Lavalle, entre 1827 e 1829. O segundo momento abarca os anos de 1829 a 1835, durante o qual o italiano trabalhou em diversos jornais, ao longo dos sucessivos governos do Partido Federalista, incluindo a primeira administração de Rosas. O último período, no interior do segundo governo de Rosas, corresponde aos anos de 1843 a 1851.

Pedro de Angelis aportou em Buenos Aires em janeiro de 1827¹. No momento em que o italiano chegou à capital argentina, o país enfrentava uma guerra contra o Brasil pela disputa da então “Banda Oriental”. Nosso personagem começou a atuar como jornalista a serviço da efêmera presidência de Rivadavia, que tentava implantar um Estado unificado em todo território rio-platense. Iniciou sua carreira com a fundação de *La Crónica Política y Literaria de Buenos Aires*, periódico editado pelo italiano em co-direção com José Joaquim de Mora (jornalista espanhol, igualmente contratado por Rivadavia).

Neste primeiro jornal para o qual trabalhou, De Angelis revelou-se partidário de um pensamento liberal bastante moderado, rejeitando revoluções ou a participação de amplos setores da sociedade na política. O italiano concebia a nação como uma associação política, fundada pelos homens e regida por leis. Ele estava bastante demarcado pelas idéias européias. Neste sentido, mencionava, em seus artigos, alguns países europeus como exemplos ideais da “nação moderna”. E o mais importante para o nosso autor: tudo “dentro da ordem”. O italiano buscou referências em países da Europa para criticar as práticas políticas americanas. Falando como se fosse um rio-platense, De Angelis criticava sistematicamente a “anarquia”, falta de leis, de prudência, de vida política constitucional, entre outros aspectos. Na maior parte de seus textos deste período, o jornalista expressou seu pessimismo em relação à política rio-platense, muito aquém do modelo de regime político por ele almejado para a “nação”. O autor não via muitas perspectivas no projeto rivadaviano. Apesar de ter sido contratado por ele, o italiano não fazia, em seus artigos, uma defesa sistemática da política dos unitários nem da figura do presidente. Divulgava seu próprio ideário e criticava os principais grupos políticos locais, sem tomar partido entre unitários e federalistas.

A defesa de suas idéias próprias, com as conseqüentes críticas às práticas políticas rio-platenses, iria custar muito caro a De Angelis. O governo federalista que substituiu Rivadavia deixou de subsidiá-lo e *La Crónica* foi obrigada a encerrar suas atividades. O italiano só retornou a exercer a função de jornalista em 1829, durante o efêmero governo de Lavalle. Então, passou a integrar a redação da *Gaceta Mercantil*, periódico de circulação diária, que havia surgido no ano de 1823 e iria futuramente transformar-se em um dos principais jornais de sustentação de Rosas. Nos textos escritos para a *Gaceta*, De Angelis deu continuidade à defesa do liberalismo moderado, ressaltando o funcionamento das instituições e das leis.

Passemos, agora, a analisar o segundo período da atuação de Pedro de Angelis como jornalista em Buenos Aires, de 1829 a 1834, durante a sucessão de governos do Partido Federalista na província. Durante o regime de Rosas², deu-se continuidade aos conflitos com outras províncias no que tange à unidade nacional. Neste contexto, seguidores do governador bonaerense, seus opositores, exilados, representantes das províncias do Litoral e do Interior, todos se confrontaram com diferentes concepções de nação, debate no qual De Angelis teve uma participação destacada.

Nosso personagem fundou uma publicação própria, *El Lucero*, periódico de circulação diária, entre 1829 e 1833. Logo nos primeiros números do novo jornal, percebemos uma modificação em relação às posturas de nosso autor no tocante à questão nacional no Rio da Prata. As críticas quanto às anteriores tentativas de organização da “nação” foram mantidas, mas o pessimismo quanto ao futuro político foi substituído por um otimismo em relação à “construção da nação”. De Angelis começava a apontar os caminhos desta empreitada. A tarefa de construir a “nação” estaria a cargo da província de Buenos Aires, que teria abandonado o “erro” de tentar unificar o país através da força e voltava-se para o seu desenvolvimento interno. Somente após essa etapa, é que seria então o momento de promover, através de adesões voluntárias, a unificação nacional. Além de sua progressiva adesão ao projeto dos federalistas, De Angelis assumiu também a sustentação política de Rosas, tarefa que o italiano exerceu do início ao fim do regime rosista, sem deixar de defendê-lo durante sua ausência do cargo de governador entre os anos de 1832 e 1835. Em seus artigos, nosso autor continuou abominando a perspectiva de revoluções e disputas armadas, passando a ver em Rosas a possibilidade de impor a “ordem” e a “paz social”, pondo fim às intermináveis lutas intestinas na região do Prata. A sistemática defesa do governo Rosas não significava que De Angelis tivesse abandonado suas idéias liberais. Ao contrário, ele buscou adaptá-las ao novo contexto, justificando as ações do governador bonaerense através da retórica

típica do liberalismo. Para se manter coerente com suas concepções, o italiano procurou retratar Rosas e o Partido Federalista como liberais, legitimando seu governo através da representação do voto popular e da opinião pública. Nesta sua segunda fase como periodista, De Angelis não se prendeu ao modelo de “nação” europeu, e sim passou a defender os projetos políticos da facção rosista, porém sem abandonar plenamente suas referências anteriores.

Em contraposição a Rosas, o governador de Corrientes, Pedro Ferré, foi quem mais sistematicamente levou a diante a discussão sobre a questão nacional na década de 1830, reivindicando a necessidade da organização constitucional da “nação argentina”. Pedro de Angelis inseriu-se neste debate de forma destacada, assumindo a defesa dos propósitos de Buenos Aires e estabelecendo uma luta ideológica contra o governador correntino. Utilizou-se do *Lucero* para responder a Ferré, refutando as reivindicações do correntino, com o argumento de que estas seriam impossíveis de ser colocadas em prática e significariam o recrudescimento dos conflitos armados entre as províncias. Ele ainda acusou Ferré de estar acirrando as lutas intestinas e seu projeto nacional seria meramente um ardil para preservar interesses locais, em detrimento do conjunto da “nação”. Tomando conhecimento dos artigos escritos por De Angelis, Ferré passou a responder diretamente a ele. A luta ideológica entre os dois levou a que ambos travassem uma interminável discussão sobre a “existência” ou “inexistência” da “nação argentina”. Enquanto o italiano sustentava a tese de que a “nação” ainda não poderia ser constituída, o governador correntino afirmava que a “nação” já estaria formada.

Após o fim da primeira administração de Rosas, De Angelis ficou alguns anos sem trabalhar como redator de um periódico, apenas exercendo contribuições esporádicas à *Gaceta Mercantil*, a partir de 1834. Chegava o término, portanto, a segunda fase de De Angelis como periodista em Buenos Aires.

No ano de 1835, a Sala de Representantes da província finalmente sucumbiu aos desejos de Rosas e o nomeou novamente governador, concedendo-lhe os almejados “poderes extraordinários” em 07 de março³. Em sua terceira fase, De Angelis retornou ao ofício de periodista em “grande estilo”, ao ficar a cargo da redação daquele que foi o principal periódico da era rosista. Estamos falando do *Archivo Americano y Espíritu de la Prensa del Mundo*, que circulou entre 1843 e 1851. Nosso autor demonstrou significativas alterações em seu modo de escrever, não somente em relação a suas idéias, mas também quanto ao estilo e tom de seus escritos, que se tornaram mais agressivos, em especial no combate aos inimigos do regime.

Diferente do primeiro governo de Rosas, quando a questão nacional fora postergada para o futuro, nesta segunda administração, os defensores do regime, entre os quais se destacava De Angelis, promulgaram a existência “de fato” (sem constituição escrita ou governo nacional) da “nação”, amplamente propagada pela imprensa com a denominação de “Confederação Argentina”. Em seus escritos no *Archivo Americano*, nosso personagem converteu-se num incansável defensor da “nação realmente existente”. Em seus editoriais, De Angelis deu continuidade à prática de retratar Rosas e seu regime como democráticos e liberais. O “restaurador” era também apontado como o principal artífice da “nação”. O italiano incorporou, em sua nova concepção, características de um regime político centrado no poder unipessoal, com suas exaltações a Rosas, retratado como o representante “unânime” de toda a população argentina. De Angelis também negava a existência de ditadura e continuava professando seu liberalismo moderado. Sustentava que devido suas posturas “democráticas”, Rosas “concedia” a realização de eleições e o funcionamento parlamentar constitucional. O jornalista italiano, entretanto, procurou construir uma concepção de nação sustentável e coerente, mesclando suas tradicionais concepções liberais com as características do regime rosista. Nas páginas do seu periódico, De Angelis também sustentava um discurso

radicalmente americanista, de defesa da independência e das instituições do continente, criticando duramente as intervenções estrangeiras e os opositores do regime, acusados de colaborar com os europeus.

Neste período, o italiano também continuou inserindo-se nos combates ideológicos com os opositores do regime rosista, passando a então defender a “existência” da nação. Em um árduo debate com Florêncio Varela, De Angelis refutou os argumentos de que a “nação” seria inexistente por falta de constituição e governo nacional. Afirmou a existência de um corpo nacional “de fato”, acordado a partir de um pacto livre entre as províncias. Ao escrever um artigo sobre o *Dogma socialista* de Esteban Echeverría, De Angelis suscitou uma violenta polêmica com o destacado intelectual da Geração de 1837. O choque entre De Angelis e Echeverría é bastante referido pela historiografia⁴. O que pouco se conhece é que, no interior desta polêmica, os autores adentraram na questão da “existência” ou “inexistência” da “nação argentina”. Para “desmontar” a idéia de uma “nação argentina”, conforme defendia De Angelis, Echeverría buscou demonstrar a ausência de laços associativos entre os rio-platenses. Sob sua perspectiva, a revolução de independência não havia alterado em nada a situação de dispersão legada da época colonial.

Mas não foi apenas com os adversários do regime que nosso autor protagonizou um debate acerca da questão nacional. Ele também estabeleceu algumas diferenças com seus partidários, destoando, em alguns aspectos, de outros apoiadores do regime rosista. As mais notórias diferenças se relacionam ao agrarismo e ao republicanismo clássico. O periodista italiano não incorporou, em seus escritos, a defesa da vida rural nem faz usos de exemplos da Antigüidade Clássica para caracterizar a figura ou o governo de Rosas. De Angelis manteve seu apego à modernidade, entendendo a nação como um pacto entre os cidadãos em prol da organização de uma associação política, regida por modernas leis fundamentadas em instituições republicanas.

Em 24 de dezembro de 1851, publicou-se a última edição do *Archivo Americano*, quando De Angelis encerrou sua carreira de um quarto de século como periodista, contando então com 67 anos de idade.

Nosso estudo aponta para a necessidade de rever visões consagradas pela historiografia sobre as práticas e idéias de Pedro de Angelis. É recorrente retratar o autor como um oportunista, que sempre aderiu a quem estivesse no poder, sem vacilar em mudar de posição conforme as alterações de governos. Entretanto, ao analisar sua produção periodística, constatamos que De Angelis não aderiu à política governista na época de Rivadavia, mantendo uma distância crítica em relação aos grupos políticos locais. O italiano recusou-se a prestar serviços ao governo de Dorrego. Foi somente na primeira administração de Rosas, que De Angelis assumiu uma postura “oficialista”, de defesa incondicional do governador e do novo regime que paulatinamente se instalou. No intervalo das duas administrações de Rosas, o italiano teve uma postura oposicionista durante o governo de Balcarce. É pertinente supor que o italiano via em Rosas, um político autoritário e com grande apoio popular, a melhor opção para por fim aos conflitos locais e instaurar um governo mais estável, que finalmente promovesse um funcionamento duradouro das instituições republicanas. Foi em nome do pragmatismo que De Angelis aderiu e “ajustou-se” ao regime rosista. Também é preciso salientar que o periodista italiano, quando chegou a Buenos Aires, já era um liberal bastante moderado, conservador até, que abominava as revoluções. Neste sentido, estamos seguros de que ele jamais seguiria o caminho da oposição a Rosas, trilhado por muitos intelectuais de então, pois isto significaria pregar a derrubada do regime e a revolução, o que estaria em total desacordo com seu ideário e suas posturas políticas.

Ao contrário de sua imagem predominante de “camaleão político”, percebemos no ideário do autor uma trajetória de coerência. Mesmo tendo passado por significativas mudanças durante as três fases de ofício como jornalista, De Angelis buscou se manter

fiel a suas idéias liberais, adaptando-as e transformando-as, conforme as mudanças de conjuntura em sua larga vivência no Rio da Prata.

¹ Para mais detalhes sobre a trajetória de Pedro de Angelis na Europa e na América, consultar: Josefa Emilia Sabor. *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliográfico*. Buenos Aires: Solar, 1995 e Elias Díaz Molano. *Vida y obra de Pedro de Angelis*. Santa Fé: Colmegna, 1968. Consultar, também, minha tese de doutorado: Eduardo Scheidt *Representações de nação por periodistas italianos na Região Platina (1827-1860)*. São Paulo: USP, 2004, especialmente o terceiro capítulo.

² Não é objetivo deste trabalho analisar o regime rosista. Entretanto, frente a inúmeras controversas, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre a figura do governador e seu regime político. A caracterização de Rosas como um “tirano” e representante da “barbárie” foi amplamente divulgada pela “historiografia liberal” argentina, cujas origens se remetem aos contemporâneos inimigos de seu regime político. Os posicionamentos dos liberais, foram contestados pela “historiografia revisionista”, para a qual, o governador bonarense foi o organizador da nação e defensor da mesma contra as intervenções estrangeiras. São poucos os estudos mais equilibrados sobre o governo de Rosas, situando-o em seu contexto específico. Entre estes, destacamos o do historiador argentino Tulio Halperin Donghi *De la revolución de independencia a la confederación rosista: historia argentina*, t. 3. Buenos Aires: Paidós, 1993. Na historiografia política recente, tem surgido muitos trabalhos inovadores, que trazem à luz novos elementos para se entender o regime rosista. Em um estudo sobre o tema, Jorge Myers *Orden y virtud: el discurso republicano en el régimen rosista*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995, esclarece que não havia um projeto claro de governo e regime quando Rosas assumiu o poder. Conforme as palavras do autor, “[...] la impresión que surge con mayor fuerza de los documentos de su gestión [de Rosas] es la de un régimen construido gradualmente y ‘por parches’, y que estaba atento más a la inmediata y siempre amenazante conjuntura que a los prospectos de largo plazo.” (Ibidem, p. 18). Em um outro trabalho (“Rosas.” In: Jorge Lafforgue (org.). *Historias de caudillos argentinos*. Buenos Aires: Punto de Lectura, 1999, p. 327-381), Myers confirma sua tese sobre a originalidade do regime rosista. Busca diferenciar a gestão do “restaurador” das administrações dos “caudillos” de outras províncias. Na perspectiva do historiador argentino, pois, o regime rosista caracterizou-se pela complexidade, fruto de uma fusão entre as práticas personalistas e carismáticas dos “caudillos” e as instituições vigentes na província de Buenos Aires desde anos anteriores, com predomínio destas últimas. Ou seja, Rosas teve que menos governar a seu critério do que se “ajustar” às instituições políticas já então estabelecidas. O trabalho de Ricardo Salvatore (“Expresiones federales: formas políticas del federalismo rosista.” In: Noemí Goldman; Ricardo Salvatore (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 189-222) demonstra que a principal base social de apoio do regime rosista estava entre pequenos proprietários rurais. O autor, neste sentido, rompe com a “clássica” concepção de que o regime de Rosas seria a expressão dos grandes latifundiários no poder. Na realidade, havia, segundo o autor, muitas tensões entre governantes e grandes estancieros, já que estes pressionavam por seus interesses particulares, enquanto aqueles procuravam convencê-los de apoiar políticas de Estado.

³ Nesta segunda administração, Rosas exerceu o poder por um longo período, até ser derrubado após a batalha de Caseros em fevereiro de 1852. Esses quase dezessete anos significaram o predomínio de Rosas sobre Buenos Aires e a hegemonia da província sobre o país. O período foi caracterizado pelo acirramento dos traços autoritários do governo, aumento da ingerência nas outras províncias, buscando, na prática uma unidade política sem a constituição de um governo nacional, bem como conflitos com países estrangeiros como França, Inglaterra, Brasil e Uruguai. O regime continuou a procurar legitimação, inclusive eleitoral, substituindo a disputa de facções pela construção de uma “unanimidade política” em torno de Rosas e de seu governo.

⁴ O italiano classificou a obra como escrita por “traidores”, “submetidos a influências estrangeiras” e inimigos dos “defensores da lei” e “protetores dos direitos do povo”. Além de identificar Echeverría como “selvagem unitário”, o jornalista ainda acusou os jovens de 1837 do “ridículo intento” em querer “converter os argentinos em uma sociedade de sainsimonianos” e estarem imbuídos dos “delírios de Fourier e Considerant. Em sua resposta, Echeverría utilizou o mesmo tom, acusando De Angelis de ser o principal representante da “imprensa mazorqueira”, além de “estrangeiro mercenário” e “difamador”. Ao longo de sua primeira carta, o jovem argentino refutou as acusações do italiano, defendendo sua obra como patriótica, em sintonia com a realidade rio-platense e bastante distinta das idéias de Saint-Simon, Fourier ou Considerant.